



A produção do espaço e a criatividade econômica do capital, o caso do IV Distrito de Porto Alegre/RS

The production of space and the economic
creativity of capital, the case of the IV District of
Porto Alegre / RS

*Renata Carrero Cardoso¹, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, recarrero@gmail.com*

¹ Mestranda em Planejamento Urbano e Regional. Arquiteta e urbanista.

RESUMO

A revitalização de áreas urbanas desindustrializadas através de sua apropriação por atividades da economia criativa destacam-se contemporaneamente nas discussões sobre planejamento urbano e políticas públicas, sobretudo nas grandes cidades. As distinções geográficas resultantes das dinâmicas da produção capitalista do espaço são exploradas a partir da atribuição de novas formas e conteúdos ao território. Nestes casos, a ambiência social e os padrões culturais emergentes tem papel fundamental para a instituição de um clima favorável aos reinvestimentos. As recorrentes parcerias entre os setores de capital privado e o poder público nas propostas de redensolvimento do território colocam em debate a valorização econômica que resulta na acumulação do capital e na segregação socioespacial. Este trabalho terá como objetivo problematizar a forma como os setores culturais e criativos, em Porto Alegre/RS, estão sendo utilizados como justificativa para a prática de territorialização do capital econômico. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica relacionada à problemática elencada, a análise de dados primários e secundários e também análise de instrumentos legislativos.

Palavras Chave: Financeirização; Economia Criativa; Cidades Criativas Produção do Espaço; Revitalização

ABSTRACT

The revitalisation of desindustrialized urban areas through their appropriation by activities of the creative economy stands out at the same time in discussions about urban planning and public policies, especially in great cities. The geographical distinctions resulting from the dynamics of the capitalist production of space are explored from the attribution of new forms and contents to the territory. In these cases, the social ambience and emerging cultural patterns has a fundamental role in establishing a good environment to reinvestment. The recurrent partnerships between the private capital and public sector in the proposals for redevelopment of the territory put in debate the economic valorization that results in the accumulation of capital and the socio-spatial segregation. This paper will aim to problematize how the cultural and creative sectors, in Porto Alegre / RS, are being used as justification for the practice of territorialization of economic capital. For this purpose, a bibliographic review related to the problematic listed was carried out, the analysed primary and secondary data, and also, analysed legislative instruments.

Keywords: Financialization; Creative economy; Creative Cities; Production of Space; Revitalisation

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as pressões para o ajuste às normas do mercado global têm criado programas de reestruturação urbana surpreendentemente similares. Os centros das cidades fazem brotar arranha-céus em "distritos financeiros" e museus de arte em "distritos culturais", e os dois distritos normalmente se desenvolvem ao mesmo tempo. (Zukin, 2000, p. 105 - grifos da autora)

A colocação da autora chama a atenção para dois fatos. Primeiramente, para a universalização de projetos de reestruturação urbana na atualidade, presentes e replicáveis nas mais diversas localidades, e secundariamente, para a interdependência existente entre o setor financeiro e os setores culturais, visível através do desenvolvimento simultâneo de distritos financeiros e culturais. Harvey (2014 [1989]) também desenvolve uma linha de pensamento nesta direção ao identificar a emergência de modos mais flexíveis de acumulação como causadora de novas formas culturais na pós-modernidade. Segundo o autor, há uma mudança na base política-econômica, ocorrida a partir do período compreendido entre os anos 1980 e 1990, que baseada na especulação financeira e na produção de capital fictício, transforma a cultura das cidades e sociedade, criando novas identidades sobretudo para aqueles que puderam vincular-se a essa nova forma de acumulação de capital nascida do desenvolvimento das políticas neoliberais.

No cenário internacional, algumas experiências, nos apontam que a apropriação de um espaço para atividades culturais e criativas ligadas ao setor terciário, é capaz de produzir um espaço heterogêneo, espaços urbanos que são ocupados inicialmente por atores pioneiros que se aproveitam das "sobras" do mercado imobiliário, geralmente em áreas centrais que possuem estoques de edificações que passaram por processos de desvalorização e abandono, para utilizá-los como espaço de trabalho ou moradia, quando não pela simultaneidade dos dois usos, trazendo nova estruturação e vitalidade, principalmente econômica, a estes espaços, e assim acabam atraindo investidores e ocasionando processos de enobrecimento. Porém,

Mesmo quando os agentes abastados dessa estruturação não desejam expulsar os moradores pobres do local, o *enobrecimento* é um processo que resulta num mercado imobiliário em torno do *lugar* de diversidade social e cultural criado por artistas, intelectuais e classe trabalhadora. Numa paisagem cada vez mais homogênea, a diversidade tem valor de mercado. (Zukin, 2000, p.108 - grifos da autora)

Então esses espaços inicialmente diversificados tenderiam à homogeneização através de um processo de gentrificação, pelo valor da terra ou pelo valor de consumo, pelo aumento do custo de vida, na medida em que fossem reincorporados à lógica rentista dos mercados. Os desejos de investimento nesses espaços, outrora abandonados, onde não mais havia interesse de investimento devido à baixa lucratividade, ganham novo fôlego a partir de uma transformação de hábitos, de valores culturais e simbólicos da sociedade que passam a demandar espaços desta natureza.

No Brasil, recorrendo a uma abordagem histórica das políticas governamentais, o período que vai da redemocratização até os primeiros anos dos anos 2000 foi caracterizado por políticas nacionais neoliberais, que persistem até a atualidade, baseadas no trinômio liberalização, privatização e desregulação permitindo a transferência dos ativos do Estado para o mercado (Maricato, 2014, p. 40). Segundo Vainer (2011 [2000]), este período é marcado pela mercantilização da cidade e pela competitividade entre cidades que passavam abertamente a disputar pelas maiores inversões de capital nacional ou internacional.

(...) os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (Vainer, 2011 [2000], p.89).

A cidade passou a ser vista como uma empresa e portanto, o planejamento urbano deveria incorporar a lógica da gestão empresarial, e sobretudo dos empresários, e direcionar as políticas urbanísticas a partir da elaboração de planos estratégicos. O período caracteriza-se portanto pela prevalência das exigências e expropriação do setor privado sobre o poder público.

Historicamente, as ações dos sistemas políticos e econômicos, principalmente a ação direta dos mercados imobiliário e financeiro sobre os territórios, afetaram significativamente o desenvolvimento das cidades, seus processos de produção e a distribuição dos benefícios urbanos, e por consequência, as condições de vida de seus cidadãos. Diante do cenário que se instaurou com a livre atuação do complexo imobiliário-financeiro no território, nos últimos anos potencializados pela velocidade eletrônica dos fluxos financeiros (Rolnik, 2015), resultando na ocupação desigual e fragmentada do território, a busca por soluções que minimizem os efeitos da crise do fenômeno urbano, em si mesma uma ameaça à continuidade da acumulação capitalista, tornou-se insurgente. Paralelamente, como discurso e prática, principalmente desde a virada para o século XXI, a criatividade adquire centralidade a partir do reconhecimento de sua importância, seja na gestão empresarial ou urbana, para a resolução de problemas e para a identificação de oportunidades diante das mudanças globais que se descortinaram com a saída da era industrial.

Considerando a problemática exposta, buscamos com este trabalho problematizar a forma como os setores culturais e criativos estão sendo utilizados em Porto Alegre para trazer legitimidade ao projeto de revitalização² do chamado IV Distrito. O artigo está estruturado por esta introdução que apresenta a temática, a problemática e o objetivo, seguida por um item que aborda as novas faces do modelo capitalista na era da financeirização globalizada. O terceiro item aborda o tema das condições dos territórios locais sobre as quais o capital encontra espaço para a realização de sua acumulação. O quarto item relaciona a problemática à emergência dos conceitos das cidades criativas e da economia criativa. O quinto item aproxima-nos do caso do IV Distrito de Porto Alegre/RS. E por fim, são apresentadas as considerações finais articulando os conceitos abordados ao longo do artigo e os dados coletados.

CONEXÕES GLOBAIS E O CAPITAL À DERIVA

O final do século XX delimita mais um momento na história da evolução do modelo capitalista no qual suas configurações e modo de operação passaram por transmutações. Neste momento, processos de múltiplas ordens foram reconfigurados visando a sobrevivência do modelo capitalista, que baseado no modo de organização fordista da era industrial, estava em crise desde a década de 1960, repercutindo em novas problemáticas para produção do espaço urbano. Para Harvey (2014 [1989]), a inovação nos sistemas financeiros aliados à flexibilização na produção, nos

² Para efeito de padronização será adotada a terminologia proposta pela municipalidade para a denotação do projeto previsto para o IV Distrito. A discussão dos diversos termos que incorporam o prefixo "re-" nas ações de urbanização de áreas já urbanizadas não é objeto de aprofundamento neste trabalho.

mercados de trabalho e no consumo, foram alternativas encontradas para a superação da crise de acumulação que o sistema experienciava no período pós Segunda Guerra Mundial.

Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos investimentos e mercados financeiros, associado à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporária do capital. (Harvey, 2014 [1989], p.181)

A nova face do sistema capitalista altamente financeirizado encontrou as condições de desenvolvimento sem precedentes também em função dos progressos tecnológicos alcançados nos setores de transporte e comunicação, que facilitaram fluxos e permitiram o acesso a dados e informações de forma mais instantânea e integrada. Destaca-se que teve papel determinante também para as novas práticas alavancadas pelo sistema capitalista, a desmaterialização da moeda, conferindo virtualidade e mais flexibilidade ao capital econômico que passa a estar à deriva na busca pelas melhores condições para sua valorização, tendo suas alternativas de alocação ampliadas pelas novas condições da globalização. Neste período verifica-se também mudanças no quadro geopolítico, com a diminuição das barreiras econômicas entre os Estados nacionais, a organização de blocos econômicos entre nações para acordos comerciais, e o desenvolvimento de empresas multinacionais com atuação transfronteiriças.

Para a consolidação das complexas relações e dos fluxos que se delineavam em torno de princípios de integração produtiva, integração dos mercados, das instituições financeiras e/ou da informação, o papel das redes foi fundamental, seja no seu entendimento enquanto base infraestrutural, que em momentos pretéritos foram instrumentos necessários para a integração territorial e dos mercados nacionais, mas que passara a ganhar novas atribuições ao ter sua abordagem ampliada por diversos campos disciplinares abarcando também novas formas de organização, de relações que se estabeleceram entre os mais variados tipos de agentes e atores sociais, empresas, instituições e etc. (Dias, 2000).

A combinação dos fatores apresentados, colocaram-nos em uma "nova rodada na compressão tempo-espaço" (Harvey, 2014 [1989]). Os novos adventos técnicos acentuaram a relevância dos fatores espaço-temporais para as determinações do capital, pois permitiram, na dimensão temporal, a aceleração do tempo de giro no ciclo investimento-acumulação e na dimensão espacial, um colapso das distâncias. Embora para as novas relações instituídas, o espaço pareça ser secundário, estas não minimizaram sua importância, e ao contrário, as condições do espaço, materiais ou imateriais, tornaram-se variáveis ainda mais determinantes para a fixação do capital, uma vez que é no espaço que parte de sua acumulação realiza-se. Então, as nuances entre as diferentes localidades, principalmente em áreas urbanas, onde grande parte dos mercados e da mão de obra concentra-se, permaneceram como um elemento a ser explorado na busca dos melhores locais para a valorização e investimento do capital, seja através da exploração das condições de trabalho, da disponibilidade de matérias primas, da formação de mercados de consumidores ou da combinação de mais de um destes fatores, porém agora em uma escala de maior alcance, numa escala global. Como consequência,

en cada una de esas áreas urbanas se intensificó la utilización de estrategias de competitividad a fin de atraer inversiones financieras y productivas, en el entendido de que la competitividad constituía un requisito ineludible para promover el crecimiento económico. (Mattos, 2016, p.42)

Neste cenário global, de competição pelo aporte dos maiores fluxos de capital, emerge um pensamento segundo o qual as cidades, ou áreas urbanas, devem forjar-se através do estabelecimento de uma imagem distintiva, do estabelecimento de uma ambiência que seja atrativa tanto para o capital como para determinadas categorias sociais, conferindo ao território uma atmosfera propícia às trocas de informação, logo, propícia aos negócios. Assim, "as grandes cidades-regiões passaram, portanto, a funcionar como plataformas territoriais a partir das quais grupos concentrados ou redes de empresas disputam os mercados globais" (Scott, A., Agnew, J. e Soja, E., 2001, p.13).

Nas sociedades de capitalismo avançado, os setores ligados à chamada era do conhecimento, setores culturais e criativos, despontaram como os setores preferenciais para o cada vez mais acelerado jogo de acumulação capitalista. Exatamente pelas características imateriais e forte carga simbólica dos produtos culturais e criativos, potencializado pela incessante criação de novas demandas e pela rápida atribuição de obsolescência à estes produtos, os tempos de giro puderam ser acelerados, e para isso a criatividade e inovação tornaram-se fundamentais. Além disso, a estes setores foi atribuído a capacidade de incidir como vetores para o estabelecimento de novas identidades ao território, identidades estas vinculadas à criação e ao estímulo da ambiência desejada. Para atingir tal ambiência, as atividades econômicas destes setores valem-se de uma necessária proximidade espacial, tendendo a se estabelecer em aglomerados ou clusters culturais ou criativos, que visando garantir a eficácia do sistema, a produção e a troca de conhecimentos economicamente úteis, fazem uso das condições de desenvolvimento pré-existentes de um território, trazendo portanto consequências e externalidades que extravasam sobre suas condições socioespaciais.

AS CONDIÇÕES DO TERRITÓRIO LOCAL E SUA SOBREPOSIÇÃO PELO CAPITAL

Encontramos na abordagem de Santos (2014 [1996]) as bases para a compreensão de alguma das estratégias que regem a utilização do território pelas atividades econômicas na sociedade. O viés economicista, dada pela leitura do território pelos atores hegemônicos, tende a tratá-lo como fonte de recurso, enquanto que em oposição, a leitura do território realizada pelos atores hegemonzados, se dá desde sua compreensão enquanto local de abrigo. Deste ponto de vista, se estabelece uma dialética do território que coloca em tensão a relação entre o local e o global na contemporaneidade.

Mais especificamente, para Santos (2014 [1996]), o espaço é definido sobretudo pelo uso das técnicas de produção dominadas, apropriadas pela sociedade. Incluímos no rol das técnicas, as novas lógicas de produção e consumo impostas por princípios econômicos e as configurações da nova ordem global. Contudo, para Haesbaert (2004), a abordagem excessivamente utilitarista e funcionalista, materialista-econômica, de Santos não daria conta dos principais conflitos contemporâneos, propondo o autor que o território deva ser entendido desde uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões dos poderes sociais que o compõe, "o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural." (Haesbaert, 2004, p.79).

No entanto, fazemos aqui uma ressalva. Na era do conhecimento, as dimensões econômicas e culturais estão cada vez mais imbricadas. A economia de mercado enquanto uma técnica artificialmente instituída pela sociedade moderna, portanto produto cultural, e sob o discurso da auto-regulação, tal como esta consolida-se no século XIX, pode ser vista como o ponto de partida

onde a economia, e a possibilidade de obtenção de ganhos e lucros através de relações mercantis, emerge enquanto pensamento e prática dominante. Para a consolidação de tal prática, foi necessário que a sociedade também fosse moldada para permitir que o sistema econômico de mercado funcionasse segundo suas próprias leis. (Polanyi, 2000). Se no início da era moderna, cultura e economia, eram consideradas como esferas opostas, no transcurso do tempo, sua íntima relação tornou-se paulatinamente mais evidente. Desta forma começou a delinear-se uma nova forma de pensamento econômico que identificou e reconheceu a importância dos componentes culturais, e dos referenciais simbólicos e subjetivos para os resultados econômicos. (Thorsby, 2001)

O contexto cultural revelou-se crucial não só para as decisões dos agentes econômicos mas também para a determinação dos valores de troca e da criação de demandas para o consumo e distribuição dos bens produzidos ou serviços prestados. Para o que interessa-nos mais imediatamente, destacamos as transformações sócio-culturais e econômicas ocorridas desde a apropriação da cultura pelo setor industrial, onde a cultura, sobretudo através de suas formas de expressão, é objetificada inaugurando uma nova tipologia de bens, os bens culturais, quando então a cultura antropológica passa a ser modificada e subordinada às necessidades e às regras econômicas e de mercado. A partir da fusão entre indústria e cultura, o valor de uso dos bens culturais é substituído pelo valor de troca, e a estandardização da cultura se impõe por motivos econômicos, pela necessidade de mercados cada vez mais amplos que justifiquem a aposta e os crescentes investimentos no setor cultural, resultando em uma "mimese compulsória dos consumidores às mercadorias culturais" (Adorno, 2002, p.44), e por consequência, dentro de uma economia globalizada, resultando numa tendência de estandardização também dos mais variados territórios locais.

Ainda para Santos (2014 [1996]), o espaço resulta da inserção da sociedade nas formas-objetos próprias da paisagem. Embora esses objetos que formam a base do espaço geográfico não mudem de lugar, sua função, significação e valor sistêmico (ibid., p.103) podem ser alterados a partir de concepções e ações da sociedade e do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, atribuindo novo conteúdo às formas precedentes. Para a constituição do espaço, a divisão territorial do trabalho tem papel determinante, pois "movida pela produção atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares" (ibid., p.131). Assim, a sucessão de movimentos ocorridos na contemporaneidade em função de novos imperativos da produção econômica, ocorrem sobre as bases previamente estabelecidas por técnicas anteriores. Então, para a era do conhecimento e como base preferencial para a atuação das ações financeirizadas já destacadas, herdamos

la estructura económico-geográfica que se había formado con la división internacional del trabajo imperante a lo largo de las primeras fases del capitalismo industrial, marcada por fuertes desigualdades de desarrollo entre los diferentes países, ciudades y regiones que la componían (...) En consecuencia, esta preferencia, operó principalmente en beneficio de las áreas urbanas que en el pasado ya habían logrado un mayor desarrollo relativo, razón por la que este mecanismo incidió en la retroalimentación de las desigualdades pre-existentes. (Mattos, 2016, p.41)

É sob essas prerrogativas que vemos ascender na contemporaneidade, inúmeros projetos de revitalização de áreas urbanas centrais herdadas do período de desenvolvimento industrial, e abandonadas em função de mudanças nas dinâmicas econômicas e urbanas. É fácil compreender a retomada de interesse por essas áreas, se compreendermos a lógica da produção capitalista do espaço, que toma como premissa para o seu desenvolvimento, a renda diferencial da terra (Smith,

2006). A renda diferencial da terra, nestes casos, torna as áreas desvalorizadas candidatas ao reinvestimento quando as possibilidades de obtenção de lucro, descontados os investimentos aplicados para a sua readequação aos novos usos, se tornam maiores do que as possibilidades de lucro projetados para investimentos necessários a empreendimentos realizados em áreas periféricas. Dentro desta mesma lógica de produção do espaço,

a medida en que se fue reduciendo la disponibilidad de suelo edificable en las partes más consolidadas (y rentables) de cada espacio urbano, los inversores inmobiliarios intensificaron sus operaciones de “destrucción creativa”, por las que remplazaron partes del medio ambiente construido de baja densidad por nuevas edificaciones capaces de albergar un mayor número de familias. (Mattos, 2016, p.46)

À estas lógicas da produção capitalista do espaço somam-se na contemporaneidade, as lógicas de organização dos setores econômicos culturais e criativos, resultando na associação, potencialização e na legitimação do uso da cultura e da criatividade como instrumentos para alavancar tais práticas de produção do espaço, através de projetos de redesenvolvimento no espaço intra-urbano.

A CRIATIVIDADE VAI AO TERRITÓRIO. ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, A SELEÇÃO CONCEITUAL

O *mainstream* do conceito das cidades criativas nos indica que criativa é aquela cidade envolta em uma mentalidade criativa igualmente dispersa em sua comunidade. Uma sociedade que se molda a partir de projetos criativos, pode tornar-se uma sociedade mais bem preparada para lidar com seus problemas e suas oportunidades e também mais consciente de seu papel na comunidade e sobretudo mais participativa na construção dos lugares nos quais se insere, assim, sendo possível gerar profundas transformações nas cidades (Landry, 2011). Esta visão também é compartilhada por Reis (2012), que enfatiza que para se atingir resultados transformadores, os objetivos públicos, privados e civis devem ser convergentes e parceiros na construção de projetos de desenvolvimento socioeconômico, e somente com a instrumentalização da criatividade seria possível impulsionar arranjos inovadores de governança.

A obra de Florida (2011 [2002]), em certa medida inaugura uma outra abordagem para o discurso das cidades criativas, abrindo margem para a vulgarização do conceito e sua apropriação com finalidades economicistas. Sua base de argumentação recai principalmente sobre o protagonismo da classe criativa³ na economia e sociedade atuais. Desde esta proposição começa-se a delinear-se formas de tratamento diferenciados entre aqueles que seriam e aqueles que não seriam, ou seriam menos criativos. O autor salienta a importância de se apostar em políticas ligadas à criatividade e inovação urbana, bem como na capacidade de apoiar e desenvolver investigação e produtos tecnológicos visando principalmente o crescimento econômico. Porém, para isso, as ações municipais deveriam objetivar a atração e a fixação de talentos criativos, que segundo o autor, precisam estar mergulhados em determinada ambiência cultural para que seus talentos sejam estimulados e potencializados ao máximo, assim convertendo-os em ganhos econômicos. A obra carrega um discurso que tende fortemente ao estabelecimento da competição entre as

3 O conceito de classe não é utilizado por Florida (2011[2002]) como um agrupamento que detém a propriedade, capital ou os meios de produção, mas enquanto agrupamento de caráter identitário que tem por base principalmente o papel econômico desempenhado pelas pessoas que compõem o grupo. Os profissionais enquadrados nesta categoria se distinguem por disporem de um alto nível de escolarização e certo grau de autonomia para pensar criativamente.

idades ou regiões, principalmente a partir da proposição do Índice de criatividade⁴ desenvolvido pelo autor. Com a aplicação deste índice seria possível ranquear as cidades dentro de um sistema global de investimentos, apontar o potencial de desenvolvimento econômico e tecnológico a longo prazo e ainda avaliar quais fatores devem ser estimulados para se obter melhores resultados.

A partir daí os discursos sobre a cidade criativa e as concepções da economia criativa⁵ que se desenvolvia desde a virada para o século XXI, passaram a ser convergentes, e desta forma, difundiram-se também através da ONU (UNCTAD, 2004; 2010). A chamada economia criativa passou a ser vista como um modelo de desenvolvimento econômico capaz de trazer vitalidade, equidade social e identidade às cidades. A ideia central é que além de trazer novo fôlego e competitividade às economias locais, projetando-as nos circuitos globais de mercado, através da economia criativa também seria possível resolver problemas recorrentes para o planejamento urbano, como por exemplo, a degradação das áreas centrais e das áreas industriais esvaziadas nas grandes cidades, através de sua reapropriação pelas atividades econômicas deste setor. Embora a economia criativa esteja sendo amplamente difundida como um modelo de desenvolvimento socioeconômico a ser replicado em sociedades de capitalismo avançado, um de seus princípios norteadores, ampla e claramente encontrado na bibliografia estudada, é sua compatibilização ao contexto histórico e cultural de cada localidade. Neste ponto, onde as nuances dos territórios ganham importância e devem ser cuidadosamente analisadas, algumas incongruências decorrentes da aproximação (ou fusão) dos conceitos da cidade criativa e da economia criativa começam a se tornar evidentes. Por exemplo, em sua concepção original enquanto forma de gestão, o conceito de cidade criativa pode estar presente em qualquer cidade, em cidades das mais variadas características, podendo ser uma cidade global ou até mesmo uma cidade pequena. No entanto, uma cidade pequena não necessariamente terá atividade econômica que possa ser categorizada como pertencente à economia criativa, em geral as cidades pequenas se constituem com algum nível de dependência em relação às cidades de maior porte não tendo seus setores de serviços, indústria ou comércio muito diversificados. Além disso, a economia criativa enquanto conjunto de atividades relacionadas aos setores secundário e terciário, encontra possibilidade de desenvolvimento, com resultados econômicos mais significativos, em geral, nas cidades de maior porte. Ampliando-se as polêmicas sobre o conceito, a definição da economia criativa, esbarra em outra problemática, que é o reconhecimento e o crivo daquilo que pode ser considerado produção ou manifestação cultural, criatividade/inação ou reprodução.

Na relação que se estabeleceu entre os territórios e a economia criativa, as características históricas e espaciais dos territórios criativos que transparecem através das conceituações teóricas, bem como os casos frequentemente elencados como paradigmáticos pela bibliografia, auxiliam-nos na identificação, através de características morfológicas e históricas específicas, de

4 O Índice de criatividade é composto por quatro fatores de mesmo peso: 1) a parcela de força de trabalho que corresponde à classe criativa; 2) o grau de inovação avaliado segundo o número de patentes per capita; 3) o Índice de Alta Tecnologia (Tech Pole Index) e 4) a diversidade mensurada pelo Índice Gay, que mediria o grau de abertura e tolerância de uma sociedade. (FLORIDA, 2011 [2002], p. 244).

5 Em que pese as diferentes concepções de economia criativa encontradas na bibliografia estudada, aqui será utilizada a definição dada pelo Plano Municipal de Economia Criativa, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que a define como um "conjunto de produtos, serviços e manifestações baseadas no emprego do capital intelectual criativo com potencial de gerar crescimento socioeconômico (...) envolvendo cadeias produtivas, agentes criativos, interfaces tecnológicas e modelos inovadores de empreendimento", com ênfase nas atividades relacionadas à arte, cultura, mídia digital, softwares, design, arquitetura, modelagem 3D, moda, turismo, gastronomia e entretenimento. Permite-se tal posicionamento na medida em que este trabalho não tem como objetivo problematizar quais atividades ou setores econômicos comporiam a economia criativa de Porto Alegre, mas sim, problematizar a forma de operacionalização do conceito como instrumento de territorialidade.

territórios onde a economia criativa se desenvolve. Podemos identificar inicialmente quatro padrões de espacialização das atividades criativas: 1) áreas potenciais para a requalificação, que passaram por processo de abandono e degradação; 2) novas áreas, os chamados tecnopólos ou clusters criativos; 3) áreas tradicionais, com setores econômicos historicamente estabelecidos e 4) espaço dos pobres⁶.

Apresentadas as quatro espacialidades mais recorrentes onde as atividades da economia criativa tendem a se encontrar, no item seguinte, será dado enfoque a uma área com potencial de requalificação, uma vez que, em Porto Alegre, uma parcela do território municipal que sofreu um processo de desindustrialização e esvaziamento de investimentos, logo, resultando na sua desvalorização e degradação, desponta como território a ser revitalizado, tornando-se portanto, relevante para as discussões de planejamento urbano.

O CASO DO IV DISTRITO DE PORTO ALEGRE

O caso definido para este trabalho encontra-se no município de Porto Alegre/RS, na região conhecida como IV Distrito⁷, uma área que em anos recentes, passou a abrigar empreendimentos ligados aos setores culturais e criativos e em torno da qual emerge um discurso proveniente de iniciativas tanto civis quanto governamentais que visam instituir o IV Distrito como laboratório e território da criatividade em Porto Alegre.

A promoção e desenvolvimento do IV Distrito, há décadas coloca-se como uma questão importante para a gestão urbana no município e destaca-se no topo das estratégias de estruturação urbana, qualificação ambiental e promoção econômica, conforme diretrizes definidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA, 2010). Recentemente, e a partir destas diretrizes, desenha-se um plano de "revitalização urbana via reconversão econômica" (SMURB, 2015), reativando as discussões sobre a revitalização do IV Distrito e colocando os setores criativos, tecnológicos e culturais como vetores para o redesenvolvimento da região. Tal estratégia, nasce respaldada por cases⁸ cujas experiências em termos de redesenvolvimento econômico tornaram-se referência enquanto modelos de urbanização, tendo por justificativa para os investimentos, resultados socioeconômicos considerados satisfatórios e tendo a adequabilidade para a replicação de seus modelos medida pela identificação de características históricas e processos sócioespaciais semelhantes ao do contexto local - ao menos segundo as abordagens que tem sido operadas pelos agentes envolvidos e interessados no processo.

Em termos práticos, o IV Distrito encontra-se em uma área intra-urbana pericentral, logo, bastante próxima do centro cultural, administrativo e comercial da cidade. É área privilegiada em termos de acessibilidade, uma vez que a proximidade espacial com a rodoviária e com o aeroporto permite

6 A expressão "espaço dos pobres" foi utilizada por Marzulo (2005) em sua tese de doutoramento para designar os espaços ocupados por habitantes das camadas sociais mais baixas dentro da hierarquia social de uma cidade.

7 O IV Distrito não é uma divisão territorial oficial da cidade. Hoje a cidade organiza-se por regiões de planejamento e bairros. A divisão do território do município de Porto Alegre em distritos permaneceu vigente até a década de 1950, quando então os 9 distritos que compunham o território passaram a ser desmembrados em bairros. Esta é portanto, uma definição que resgata definições anteriores do planejamento territorial do município, como forma de delimitar uma região com características históricas, sociais e morfológicas semelhantes visando o planejamento estratégico. A região, sob esta nomenclatura, é composta pelos bairros Floresta, Marcílio Dias, Farrapos, Humaitá e parte dos bairros São Geraldo e Navegantes.

8 Recorrentemente o projeto @22 Barcelona e o Vale do Silício tem sido utilizados como exemplos pela municipalidade.

fácil conexão com as mais diversas localidades, sejam elas nacionais ou internacionais, dando possibilidade de fácil conexão da localidade aos circuitos econômicos globais. Todavia, a área apresenta outras peculiaridades, que a tornam atraente ao reinvestimento: é adjacente ao bairro Moinhos de Vento, bairro de tecido urbano consolidado pela ocupação e um dos bairros de valor fundiário mais elevado no município, o que impulsiona os limites de ingerência do mercado imobiliário sobre o território do IV Distrito, uma vez que em oposição ao bairro Moinhos de Vento, grande parte de seu território apresenta baixas taxas de ocupação e de densidade demográfica, conforme figura 1, onde os tons mais claros representam as menores densidades.

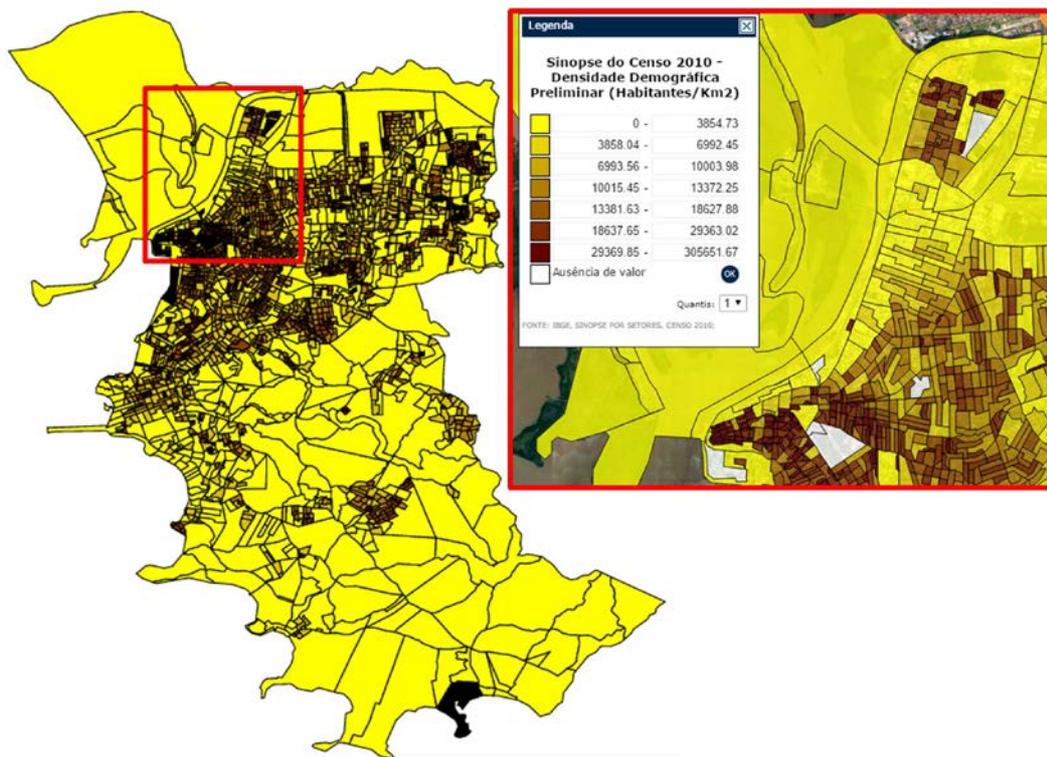


Figura 1: Densidade demográfica (hab./km²). Fonte: IBGE.

A baixa densidade manteve-se na região, embora os bairros Farrapos, Floresta e Humaitá tenham apresentado taxas de crescimento populacional superiores ao crescimento médio da cidade entre os anos 2000 e 2010, indicando uma latente redescoberta da região pela população, possivelmente impulsionada pelas dinâmicas do mercado imobiliário. Em termos absolutos, a região registra um aumento populacional de 3.028 novos habitantes, apesar do decréscimo populacional verificado nos bairros Navegantes e São Geraldo, conforme tabela 1.

	PORTO ALEGRE	FARRAPOS	FLORESTA	HUMAITÁ	NAVEGANTES	S. GERALDO
2000	1.360.403	17.083	15.493	10.293	4.160	9.135
2010	1.409.351	18.986	16.085	11.404	4.011	8.706
EVOLUÇÃO	3,46%	10,02%	3,68%	9,74%	-3,58%	-4,70%

Tabela 1: Evolução populacional. Fonte: OBSERVAPOA.⁹

Historicamente, a região desenvolveu-se na esteira da industrialização do município. De acordo com Strohaecker (1998), a partir do ano de 1894 verifica-se o início do parcelamento das glebas da região em loteamentos. Estes loteamentos foram realizados inicialmente pela Companhia Territorial Porto Alegrense, proprietária de muitos terrenos na região norte da capital, e que tinha entre seus incorporados membros acionistas das empresas privadas que se instalaram na região, como por exemplo a Fábrica de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (FIATECI)¹⁰, e também das empresas de fornecimento de infraestrutura, como a Companhia Carris Porto-Alegrense e a Hydraulica Porto-Alegrense. Para o sucesso dos empreendimentos que consolidaram a produção do espaço urbano da região, já naquela época, observava-se a existência de um "pacto de não ingerência da municipalidade sobre os negócios da companhia devido aos interesses de alguns homens públicos" (Strohaecker, 1998, p. 113), que frequentemente eram também promotores fundiários, evidenciando-se a associação entre o capital industrial e o capital imobiliário para a conformação de territorialidades no município desde o princípio do século XX. A incidência do capital privado estendia-se também à oferta da infraestrutura que viabilizava as atividades das grandes empresas. Com a fixação das indústrias e diversos serviços na região, e com a oferta dos loteamentos, não tardou para que seus funcionários, estabelecessem moradia nas suas proximidades, dinamizando ainda mais o desenvolvimento da região. A região experimentou então um momento de apogeu, com grande desenvolvimento urbano e vida intensa proporcionados pela multiplicidade de funções urbanas combinadas. No entanto, a região acabou sofrendo um processo de desindustrialização, pois teve sua dinâmica urbana alterada em decorrência de diversos fatores, como por exemplo a grande enchente que atingiu a região em 1941, depreciando seu valor potencial para investimentos devido ao risco de reincidência. E além disso, Fernandes (2013) atribui o processo de abandono da região não somente ao deslocamento das indústrias em busca de vantagens locacionais mas também a "fatores internos de ordenamento econômico, seja respondendo a fatores locais/individuais ou seja acompanhando os mercados externos" (ibid, p.118).

Pode-se afirmar também, que atuaram com efeitos indiretos para a alteração da dinâmica urbana da região, as legislações urbanísticas, em especial a Lei nº 2046, de 1959, e o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), de 1979, ao instituir a região como zona de uso

9 Observa-se que o bairro Marcílio Dias foi incorporado aos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes, em decorrência da aprovação da lei que redefine os limites dos bairros de Porto Alegre, em dezembro de 2015. Não foram encontrados dados referentes a este bairro no site do ObservaPoa, que ainda era existente no período analisado.

10 A FIATECI instalou-se na região no ano de 1891 onde permaneceu até o ano de 2010, quando cede lugar ao empreendimento multiuso Rossi Fiaterci, após a aquisição das suas instalações pela empresa Vonpar. (Fernandes, 2013)

predominantemente industrial, numa tentativa de fixar as indústrias no município ao mesmo tempo que visava reforçar a sua vocação industrial. As decorrentes restrições impostas para a simultaneidade do uso residencial com o uso industrial teve por efeito colateral o esvaziamento da região. A inobservância governamental com as particularidades e dinâmicas da região, e o descompasso da gestão municipal em acompanhar as demandas da indústria em processo de transformação, aliados ao desinteresse de investimento por parte do capital privado, contribuíram para a conformação de uma paisagem composta por edificações subutilizadas, abandonadas e em decadência, dando origem a um cenário que passou a comportar elevados índices de violência, de prostituição, de consumo e tráfico de drogas, mas bem servida por uma infraestrutura consolidada nos tempos de apogeu. E é neste cenário, constituído pelas décadas de abandono dos investimentos públicos e privados que a economia criativa surge como receituário para os problemas socioeconômicos da região, suscitado uma série de novas providências legislativas e condutas administrativas.

Em 29 de novembro de 2013, aprovou-se a Lei Complementar nº 721, que estabelece medidas de incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial, acadêmico e social no Município de Porto Alegre. E alinhado às suas diretrizes, em 14 de dezembro de 2015 foi aprovado o projeto de alteração da Lei Complementar 07/1973, o PLC 022/15, propondo a redução de Imposto Sobre Serviços (ISS) aos serviços de pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia em saúde, para todas as regiões do município, bem como, isenção do Imposto Predial, Territorial e Urbano (IPTU), pelo prazo de cinco anos, aos imóveis utilizados por empresas de base tecnológica ou inovadores nos bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá, Farrapos (IV Distrito). Aplicou-se também a isenção com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) adquiridos por empresas de base tecnológica ou inovadora. Ao PLC 022/15, duas emendas foram propostas, a emenda nº 01 que pedia isenção de IPTU, ITBI e ISS também para empresas de qualquer natureza do IV Distrito que apresentassem projetos de moradia popular, e a emenda nº 02, que solicitava que as empresas de economia criativa instaladas no IV Distrito fossem incluídas no rol de isenções previstas pelo PLC 022/2015. Apenas a emenda nº 02 foi aprovada.¹¹ Entendemos que este fato evidencia a rejeição a uma proposta que poderia contribuir para a manutenção de uma heterogeneidade social na região, de forma a permitir que parcelas da população de menor estrato socioeconômico também participassem e tivessem acesso às novas dinâmicas e melhorias propostas para a região.

Contribuindo para as ressalvas quanto a questão acima exposta, alinhado à lógica de produção hegemônica do espaço intra-urbano, os recentes investimentos do setor privado no mercado imobiliário e investimentos do setor público em infraestrutura tem resultado em um movimento de valorização do solo da região, ainda que de forma incipiente. Segundo levantamento realizado pela empresa VivaReal, dois dos seis bairros que compõe a região do IV Distrito, integram a lista dos dez bairros de maior valorização imobiliária em Porto Alegre, verificado entre os anos de 2015 e 2016. Trata-se dos bairros, São Geraldo (24,7%) e Humaitá (18,0%), conforme gráfico 1.

11 Cf. CÂMARA MUNICIPAL e SUL 21, acessados em 30 de agosto de 2016.

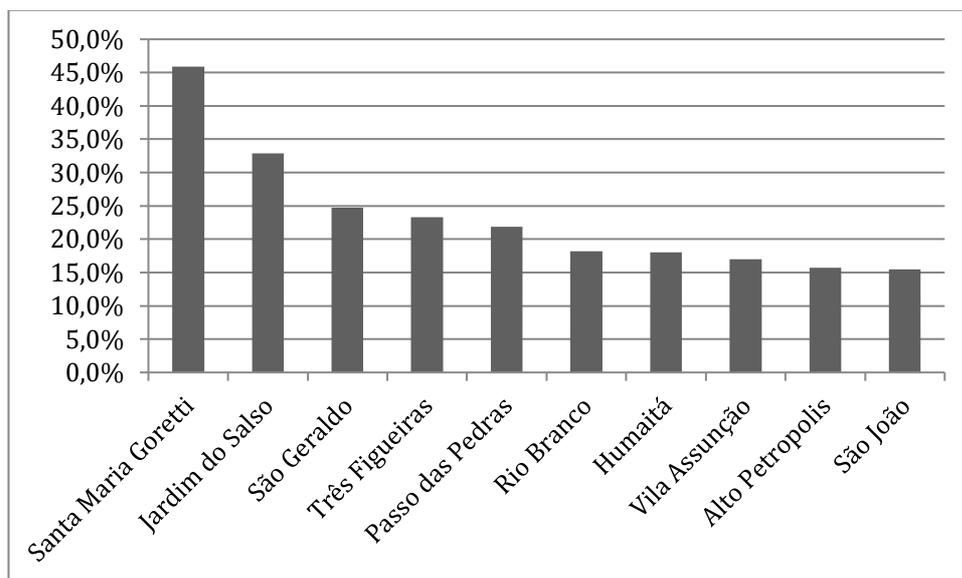


Gráfico 1: Percentual de valorização dos bairros, 2015. Fonte: VivaReal.

Os mesmos bairros em questão, São Geraldo e Humaitá, são bairros que receberam novos empreendimentos imobiliários nos últimos anos, conforme demonstrado na tabela 2.

EMPREENHIMENTO	ANO ¹²	CONSTRUTORA	BAIRRO
Pateo Lisboa	2010	Cádiz Construções	São Geraldo
Rossi Mais	2013	Incorporadora Rossi S/A	Humaitá
Rossi Fiateci-Vonpar	2012	Incorporadora Rossi S/A	São Geraldo
Rossi Verdi	2010	Incorporadora Rossi S/A	Humaitá
Liberdade	2012	OAS S/A	Humaitá
Arena do Grêmio	2010	OAS S/A	Humaitá

Tabela 2: Ações da iniciativa privada. Fonte: SPM e site das construtoras.

Quanto ao diagnóstico do IV Distrito (SMURB, 2015), elaborado pelo GT 4º Distrito, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e apresentado para a elaboração do Masterplan que orientará os projetos de intervenção, destacamos o levantamento realizado sobre o potencial de renovação de edificações na região. Conforme tal diagnóstico, as edificações que não estiverem inventariadas em algum nível de patrimonialização, não forem equipamentos urbanos ou não possuírem três ou mais pavimentos, poderão ser demolidas dando lugar a novas edificações¹³, abarcando grande parcela do tecido urbano, como podemos observar no mapeamento da figura 2.

¹² Os anos registrados referem-se ao ano de início das obras, com exceção do empreendimento Pateo Lisboa, que refere-se ao ano de conclusão das obras.

¹³ Informação divulgada em palestra realizada no auditório da Faculdade de Arquitetura (UFRGS), em 30 de março de 2016.

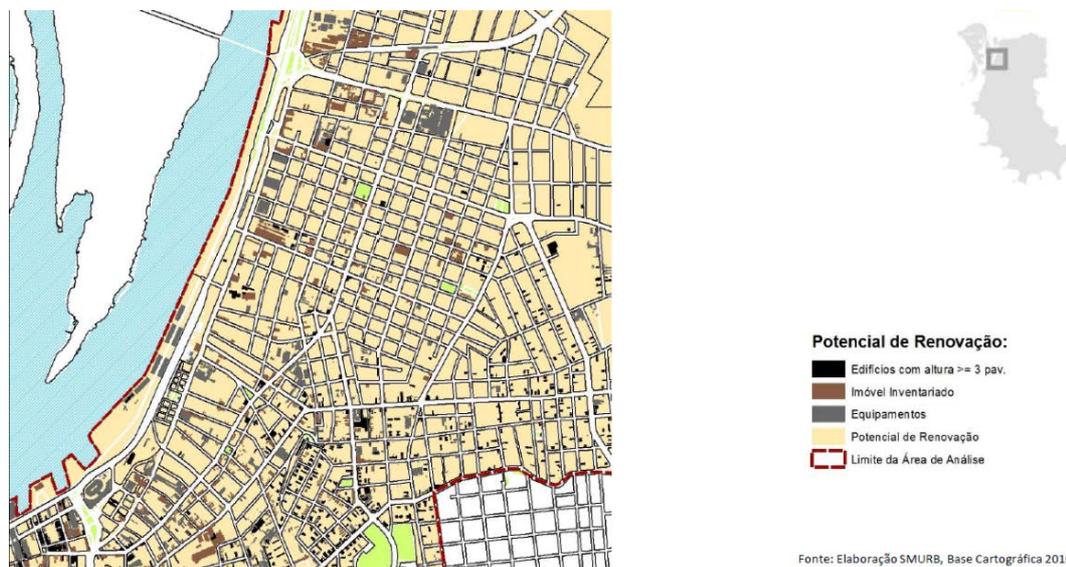


Figura 2: Levantamento do potencial de renovação do tecido urbano. Fonte: SMURB

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas condições expostas neste trabalho, observamos que os discursos que tem se utilizado do *slogan* das cidades criativas, mas que se estruturam com base no fomento apenas aos setores ou na classe criativa, podem trazer efeitos indesejados às cidades, pois estes discursos tendem a atrair os interesses dos grandes capitais econômicos, que enxergam na ambiência criativa, na existência de um comum urbano (Harvey, 2014 [2012]), a possibilidade de investimentos com grande potencial de retorno. Nos termos da produção capitalista do espaço, o território adquire um valor de mercado que é potencializado por valores simbólicos ali instituídos (Zukin, 2000), potencializando a concentração de incentivos e aportes financeiros à territórios específicos, logo, valendo-se das distinções geográficas e reproduzindo desequilíbrios no desenvolvimento sócio-espacial e também no desenvolvimento econômico. Nas operações de revitalização urbana propostas a partir dos derivativos econômicos, como prática recorrente, verifica-se que o Estado tem atuado de forma a viabilizar os projetos expansionistas das grandes empresas de capital (Fix, 2004), sob a promessa de contrapartidas de desenvolvimento social através do desenvolvimento econômico, da geração de renda e empregos de alta qualidade, que nem sempre se confirmam, em uma prática semelhante à que verificava-se no apogeu do desenvolvimento industrial de Porto Alegre (Strohaecker, 1998), porém com novos arranjos de produção e novas associações de capitais.

Em uma perspectiva crítica a esta realidade, nos locais onde a economia criativa tornou-se prática consolidada enquanto meio de redesenvolvimento de territórios, afirma-se que os projetos voltados para o desenvolvimento de cidades, com base neste setor econômico, tem falhado em sua intenção de promover o desenvolvimento generalizado pois acabaram não envolvendo ou não atingindo as camadas sociais mais baixas (Ferreira, 2010; Mendes, 2012). O que ocorre é que os setores da economia criativa permitem oportunidades apenas para as camadas sociais superiores, redesenhando desigualdades, renovando segregações espaciais, sociais e simbólicas e portanto, o discurso que se torna legítimo em nome de ideais coletivos, na realidade acaba atendendo

principalmente a interesses particulares, a partir do momento em que a ambiência ali produzida, fruto da ação coletiva dos cidadãos, é capitalizada comercialmente por poucos. Como aponta-nos Harvey (2014 [2012]),

Os que criam um cotidiano comunitário interessante e estimulante acabam por perdê-lo para as práticas predatórias dos agentes imobiliários, dos financistas e consumidores de classe alta, que carecem totalmente de qualquer imaginação social urbana. Quanto melhores as qualidades comuns que um grupo social cria, mais provável é que sejam tomadas de assalto e apropriadas por interesses privados de maximização de lucros. (Harvey, 2014 [2012], p.153)

Nestas práticas, através dos empreendimentos criativos e culturais, se instituem novos conteúdos às formas presentes no território (Santos, 2014 [1996]), e produzem-se subjetividades que corroboram à ideologia hegemônica desenvolvimentista de progresso e da destruição criativa.

Em Porto Alegre, verifica-se um movimento estratégico do poder público em revitalizar a região do IV Distrito por meio de incentivo à entrada do capital privado, com algum argumento de melhoria dos indicadores sociais mas que, até o momento, carece de políticas públicas incisivas para a real inclusão da população de menor renda. Encontramos na área de estudo mais um caso onde o imperativo econômico tem atuado como campo de regulamentação e manipulação de instrumentos urbanísticos que se ligam às aspirações de territorialização das grandes empresas de capital. Desta forma, podemos afirmar que o processo de reconversão econômica que se pretende instituir na região do IV Distrito tem por finalidade projetar o município em um cenário de competição global pela busca de maiores investimentos. Além de disponibilizar o território para a regência, exploração e marcantilização de produtos tecnológicos e criativos das grandes empresas. Tal lógica de gestão territorial não alinha-se ao conceito de cidade criativa, mas sim, à criatividade da acumulação do capital econômico. Vale ressaltar que, embora haja um esforço da municipalidade em rechaçar as críticas ao emprego do termo revitalização, ao conjugá-lo com a expressão reconversão econômica, entendemos que o uso concomitante dos termos se constituem em uma redundância, uma vez que a revitalização que se desenha é, por princípio, uma revitalização econômica.

Entende-se que os conceitos da economia criativa e das cidades criativas não deveriam ser tomados, via de regra, como interdependentes. Há contextos onde o vínculo entre os conceitos não se sustenta *a priori*, seja pela ausência das atividades ligadas ao setor criativo, o que não exclui a possibilidade de uma gestão criativa do território, seja pela falta de reconhecimento de uma atividade ou ação criativa existente, ou pelo incentivo a setores econômicos e territoriais específicos, o que alinhar-se-ia a uma forma de gestão não criativa do território por tratar-se da lógica de produção do espaço já estabelecida. A fusão dos conceitos, tem como resultado, investimentos realizados de maneira desigual, que ampliam as distinções entre as localidades, fazendo com que o desenvolvimento, por seu turno, ocorra de maneira desigual e fragmentada. Enquanto as leituras de base econômica estiverem predominando sobre o território, não parece ser possível instituir qualquer transformação de fato criativa e inovadora para a produção do espaço urbano. Como um princípio para as reais transformações seria necessário “mudar tudo isso e descobrir maneiras criativas de usar os poderes do trabalho coletivo para o bem comum, e manter o valor produzido sob o controle dos trabalhadores que o produziram.” (Harvey, 2014 [2012], p.168), como uma forma de resistir ou minimizar os efeitos da segregação e homogeneização sócioespacial impostas pelas práticas e pelo poder unificador dos mecanismos de produção do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. Indústria cultural e sociedade. Tradução Juba Elisabeth Levy et al. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CÂMARA MUNICIPAL. Disponível em: <<http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/processos/126677>>, acessado em 30 de agosto de 2016.
- DIAS, L. C.. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERNANDES, A. C.. Cemitérios industriais. Contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/Brasil. Tese de doutoramento. IGEO/UFRGS, 2013.
- FERREIRA, C.. Cultura e Regeneração Urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades. Tomo, 2010.
- FIX, M. A "fórmula mágica" da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: Schicchi, M. C; Benfatti, D.. (Org.). Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro. 1ed.Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004, p. 185-198.
- FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011 [2002].
- HAESBAERT, R.. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D.. Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: MArtins Fontes, 2014 [2012].
- _____. Condição pós-moderna. São Paulo, SP: Edições Loyola Jesuítas, 2014 (1989).
- IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acessado em 30 de agosto de 2016.
- LANDRY, C.. Cidade Criativa: a história de um conceito. In: REIS, A.C.F.; KAGEYAMA, P. (orgs). Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3ª ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2014.
- MATTOS, C. A. Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 18, nº 42, mai/ago 2016, p. 24-52.
- MENDES, L.. Nobilitação urbana marginal enquanto prática emancipatória: Alternativa ao discurso hegemónico da cidade criativa?, Revues.org, 2012.
- OBSERVAPOA. Disponível em: <<http://www.observapoa.com.br/>>. Acessado em 30 de agosto de 2016.
- PDDUA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, 2010.

- POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- REIS, A. C. F.. Cidades criativas. São Paulo: SESI-SP Editora, 2012.
- ROLNIK, R.. A guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, M.. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 8ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2014 (1996).
- SCOTT, A., AGNEW, J., SOJA, E.. Cidades-regiões globais. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, 1981, p.11 - 25.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas públicas de "revitalização" dos centros urbanos. 1ª.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- STROHAECKER, T. M.. O mercado de terras de Porto Alegre: atuação das companhias de loteamento (1890-1945).. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n.2, p. 101-123, 1998.
- SMURB. Secretaria Municipal de Urbanismo. Revitalização Urbana e reconversão econômica do 4º distrito. Apresentação do diagnóstico. Porto Alegre, 18 de dezembro de 2015.
- SUL 21. Disponível em: < <http://www.sul21.com.br/>>. Acessado em 30 de agosto de 2016.
- THROSBY, D.. Economía y cultura. Madrid: Cambridge University Press, 2001.
- UNCTAD. Economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável. São Paulo, 2010.
- UNCTAD XI (2004) Disponível em: <http://www.cinu.org.mx/prensa/eventos/unctadxi/docs.htm>. Acessado em 22 nov 2015.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011 [2000].
- VIVA REAL. Disponível em: < <http://www.vivareal.com.br/dmi/>>. Acesso em 30 de agosto de 2016.
- ZUKIN, S.. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (org). O espaço da diferença. Campinas, SP. Ed. Papirus, 2000.